Fé na Verdade

Daniel C. Dennett

Tufts University

Disputatio No. 3

November 1997

DOI: 10.2478/disp-1997-0007

ISSN: 0873-626X

FÉ NA VERDADE*

Daniel C. Dennett

*A matemática é a única religião
que pode demonstrar que é uma religião.*

Paul Barrow

1. É a ciência uma religião?

É a matemática realmente uma religião? E a ciência? Hoje em dia ouve-se muitas vezes dizer que a ciência é «apenas» mais uma religião. Há algumas semelhanças interessantes. A ciência oficial, tal como a religião oficial, tem as suas burocracias e hierarquias entre funcionários, as suas instalações grandiosas e esotéricas sem qualquer utilidade aparente para os leigos, as suas cerimónias de iniciação. Tal como uma religião decidida a alargar a sua congregação, a ciência tem uma enorme falange de missionários — que não se chamam a si mesmos missionários, mas professores.

Eis uma fantasia engraçada: um observador mal informado presencia o trabalho de equipa, intrincado e formal, necessário para preparar uma pessoa para a parafernália esotérica de uma tomografia axial computadorizada — um exame T.A.C. — e supõe tratar-se de uma cerimónia religiosa, um sacrifício ritual, porventura, ou a investidura de um novo arcebispo. Mas estas semelhanças são superficiais. E quanto às semelhanças mais profundas que têm sido defendidas? A ciência, tal como a religião, tem as suas ortodoxias e as suas heresias, não tem? Não é afinal a crença no poder do método científico um *credo*, tal como os credos religiosos, no sentido em que em última análise é de uma questão de fé, tão incapaz de confirmação independente ou

* Artigo inédito, publicado com a amável autorização da Amnistia Internacional: os nossos agradecimentos a Wesley Williams pela gentileza. Trata-se de uma das Oxford Amnesty Lectures, proferida pelo autor em Oxford em Janeiro de 1997.

fundamento racional como qualquer *outro* credo religioso? Repare-se que a pergunta ameaça autodestruir-se: ao contrastar a fé com a confirmação independente e com o fundamento racional, negando que a ciência como um todo possa usar os seus próprios métodos para assegurar o seu próprio triunfo, a pergunta presta homenagem a esses mesmos métodos. Parece existir uma assimetria curiosa: os cientistas não apelam à autoridade de quaisquer líderes religiosos quando os seus resultados são contestados, mas muitas religiões actuais adorariam poder garantir o aval da ciência. Algumas dessas religiões têm nomes que manifestam esse desejo: os cientistas cristãos e os cientologistas, por exemplo. Temos também uma palavra para a veneração da ciência: «cientismo». Acusam-se de cientismo aqueles cuja atitude entusiástica perante as proclamações da ciência é muito semelhante às atitudes do devoto: em vez de ser cauteloso e objectivo, tem uma postura de adoração, é acrítico ou até fanático.

Se o *summum bonum* ou máximo bem dos cientistas é a verdade, se os cientistas fazem da verdade o seu Deus, como já foi defendido, não será esta uma atitude tão situada quanto o culto de Jeová, de Maomé, ou do Anjo Moroni? Não, a nossa fé na verdade é, verdadeiramente, a *nossa* fé na verdade — uma fé partilhada por todos os membros da nossa espécie, mesmo que exista grande divergência nos métodos admitidos para a obter. A assimetria acima referida é real: a fé na verdade tem uma primazia que a distingue de todas as outras fés.

2. O primado da verdade

Neste preciso momento, há biliões de organismos neste planeta a jogar às escondidas. Mas para eles não se trata apenas de um jogo. É uma questão de vida ou de morte. *Não se enganarem*, não cometerem erros, tem sido de uma importância primordial para todos os seres vivos deste planeta desde há mais de 3 biliões de anos; por isso, estes organismos desenvolveram milhares de formas diferentes de descobrir como é o mundo em que vivem, distinguindo os amigos dos inimigos, os alimentos dos companheiros e ignorando, em grande medida, o resto. É para eles importante não estarem mal informados acerca destas matérias — mas, regra geral, não se dão conta disto. Eles são os beneficiários de um equipamento delicadamente concebido para captar bem o que interessa, mas quando o seu equipamento funciona mal e capta as coisas mal, não têm, regra geral, recursos para se darem conta disto, quanto

mais para o lamentarem. Eles limitam-se a prosseguir, inconscientemente. A diferença entre a aparência e a realidade das coisas é um hiato tão fatal para eles quanto o pode ser para nós, mas eles não se apercebem, em grande medida, disso. O *reconhecimento* da diferença entre a aparência e a realidade é uma descoberta humana. Algumas das outras espécies (alguns primatas, alguns cetáceos, talvez até algumas aves) reconhecem, aparentemente, o fenómeno da «crença falsa» — o engano. Mostram alguma sensibilidade aos erros dos outros e talvez até alguma sensibilidade aos seus próprios erros enquanto erros, mas não têm a capacidade de reflexão necessária para *reflectir* nesta possibilidade, razão pela qual não podem usar esta sensibilidade para conceber deliberadamente correcções ou aperfeiçoamentos nos seus próprios instrumentos de busca e dissimulação. Esse tipo de superação do hiato entre a aparência e a realidade é um artil que só nós, os seres humanos, dominámos.

Somos a espécie que descobriu a dúvida. A comida armazenada será suficiente para o Inverno? Terei feito os cálculos mal? Estará a minha companheira a enganar-me? Deveríamos ter ido para Sul? Será seguro entrar nesta caverna? As outras criaturas são muitas vezes visivelmente inquietadas pelas suas próprias incertezas acerca destas mesmas questões, mas, porque não podem, na verdade, *colocar-se a si mesmas* estas perguntas, não podem articular, perante si próprias, os seus dilemas, nem tomar medidas para aperfeiçoar o seu controlo da verdade. Estão encurraladas num mundo de aparências, fazendo com elas o melhor que podem, raramente se preocupando (se é que alguma vez o fazem) com a questão de saber se as aparências correspondem à realidade.¹

¹ O mundo das aparências foi, para cada um delas, vigorosamente modificado pela selecção natural em função dos seus interesses estritos. Que factos encontram elas? Os seus órgãos dos sentidos — assim como o comportamento associado à recolha de informação através destes órgãos — foram aperfeiçoados para serem «narcisistas» (Akins, 1989), foram projectados para exagerarem, distorcerem, não levarem em conta e ajustarem ou modificarem as suas capacidades para encontrarem sentidos a favor de interpretações capazes de preservar a vida. Isto não as impede de descobrir factos. Pelo contrário, determina que os factos que descobrem são os que têm uma perspectiva incrustada na sua natureza, não sendo portanto factos do tipo «aqui há água» no sentido do químico, mas no sentido de um organismo sequioso que não se detém nas minúcias da definição e que ignora impurezas, desde que estas não atenuem contra a sua saúde. A exactidão das definições, ou a «transdução» de uma «categoria natural» nunca foi um dos objectivos da Natureza. A incapacidade para com-

Só nós podemos ser arruinados pela dúvida e só nós fomos impelidos por essa inquietação epistémica a procurar uma cura: melhores métodos de procurar a verdade. Ao desejar um conhecimento mais adequado das nossas reservas de comida, dos nossos territórios, famílias e inimigos, descobrimos os benefícios de falar sobre isso com os outros, de fazer perguntas e de transmitir conhecimentos: inventámos a cultura. Depois, inventámos a medição e a aritmética, os mapas e a escrita. Estas inovações nas áreas da comunicação e do registo arrastam já consigo um ideal: a verdade. O sentido de fazer perguntas é encontrar respostas *verdadeiras*; o sentido da medição é medir de forma *precisa*; o sentido de produzir mapas é *encontrar* o caminho para o nosso destino. Pode existir uma Ilha dos Daltónicos (para usar a enorme dose habitual de liberdade poética de Oliver Sacks), mas não uma Ilha das Pessoas Que Não Reconhecem os Seus Próprios Filhos. A Terra dos Mentirosos só poderá existir nos enigmas dos filósofos; não há tradições de Sistemas de Calendários Falsos para registar erradamente a passagem do tempo. Em suma, é evidente que o objectivo da verdade existe em todas as culturas humanas.

Na verdade, o *dizer* não faria realmente sentido sem o ideal da verdade. Mas assim que o dizer a verdade foi inventado, descobriram-se igualmente formas de explorar este pressuposto: sobretudo, a mentira. Como Talleyrand cinicamente afirmou em tempos, a linguagem foi inventada para podermos esconder os nossos pensamentos uns dos outros. Dizer a verdade é, e tem de ser, o pano de fundo de toda a comunicação genuína, incluindo a mentira. Afinal, o dolo só funciona quando aquele que pretende enganar tem a reputação de dizer a verdade.² A adulação não conduziria a nada sem o pressuposto inicial de dizer a verdade: arrulhar como uma pomba ou grunhir como um porco teriam as mesmas probabilidades de captar as boas graças de alguém.

O mundo dos animais não humanos descobriu muitas vezes a possibilidade da publicidade *falsa*. Onde existem espécies venenosas, avisando os possíveis predadores com as suas cores brilhantes, existem muitas vezes

preender este aspecto conduziu ao aparecimento de uma indústria doméstica de fantasia filosófica (acerca da Terra Gémea, XYZ e outras quimeras).

² John Krebs e Richard Dawkins (1978) abriram o campo de investigação teórica sobre este aspecto da comunicação. Para uma revisão dos estudos teóricos e empíricos neste campo, veja-se Marc Hausser, *The Evolution of Communication* (1996).

espécies não venenosas que imitam estas cores brilhantes, obtendo assim protecção barata graças à prática do engano. Mas aqueles que fazem as vezes de mentirosos entre os animais descobriram também uma forma de fazer valer a verdade: o princípio de Zahavi. Como defendeu o biólogo Amotz Zahavi, só a publicidade cara mostra claramente a sua credibilidade porque não pode ser imitada. Por exemplo, na competição do acasalamento os pretendentes com chifres incómodos, caudas de pavão ou outras desvantagens óbvias estão na realidade a dizer: «sou tão bom que posso suportar estes custos enormes e, *mesmo assim*, sobreviver». Quem quiser competir é obrigado a sustentar estes custos extravagantes, senão fica sem acasalar. Assim, as espécies não humanas são muitas vezes conduzidas pelo caminho que conduz directamente ao verídico; entre os animais, somos os únicos a apreciar a verdade por si mesma. E, graças à ciência que criámos ao procurar a verdade, somos também os únicos que podemos ver por que razão a verdade, apesar de não ser admirada ou até mesmo concebida, é um ideal que constringe as actividades perceptivas e comunicativas de todos os animais.

Nós, seres humanos, usamos as nossas capacidades comunicacionais não apenas para dizer a verdade, mas também para fazer promessas e ameaças, para regatear e contar histórias, para divertir, mistificar e originar transe hipnóticos ou, simplesmente, para brincar — mas a rainha de todas estas actividades é a de dizer a verdade, e foi para esta actividade que inventámos utensílios cada vez melhores. Juntamente com os nossos utensílios para a agricultura, a construção, a guerra e o transporte, criámos uma tecnologia da verdade: a ciência.

3. A ciência como a tecnologia da verdade

Tente desenhar uma linha recta, ou um círculo, «à mão». A não ser que tenha um talento artístico considerável, o resultado não será grande coisa. Mas com uma régua e um compasso, por outro lado, poderá eliminar praticamente as fontes da instabilidade humana e obter um resultado satisfatório, limpo e objectivo, sempre igual.

É a linha realmente recta? Quão recta? Em resposta a estas questões desenvolvemos testes cada vez mais precisos, seguidos de testes da precisão desses testes, e assim por diante, consolidando o nosso progresso em direcção a uma cada vez maior precisão e objectividade. Os cientistas são tão vulneráveis ao raciocínio caprichoso, tão passíveis de serem tentados por

motivos baixos, tão subornáveis, crédulos e desleixados como o resto da humanidade. Os cientistas não se consideram santos; nem sequer fingem ser sacerdotes (de quem, de acordo com a tradição, se espera melhores resultados do que os obtidos por todos nós na luta contra a tentação e a fraqueza moral). Os cientistas acham-se tão fracos e falíveis quanto qualquer outra pessoa, mas ao reconhecer essas mesmas fontes de erro em si mesmos e nos grupos a que pertencem, conceberam complicados sistemas para atar as suas próprias mãos, impedindo energicamente que as fragilidades morais e os preconceitos contaminem os seus resultados.

Não são apenas os instrumentos, os utensílios físicos próprios da actividade, que foram concebidos para resistir ao erro humano. A organização dos métodos está também sob pressão da selecção rigorosa a favor de cada vez mais fidedignidade e objectividade. O exemplo clássico é a experiência na qual nem as pessoas sujeitas ao teste nem os próprios cientistas que fazem o teste sabem quem está a tomar o fármaco que se pretende testar e quem está a tomar uma substância inactiva, de maneira a que nenhuns desejos e sentimentos subliminares possam influenciar a percepção dos resultados. A concepção estatística quer das experiências individuais quer de conjuntos de experiências faz assim parte da prática geral de tentativas de rotina nas quais investigadores independentes procuram reproduzir essas experiências, o que por sua vez faz parte de uma tradição — imperfeita, mas reconhecida — de publicação dos resultados positivos e negativos.

O que inspira a fé na aritmética é o facto de centenas de escrevinhadores, trabalhando independentemente no mesmo problema, chegarem todos à mesma resposta (exceptuando aqueles poucos cujos erros podem ser encontrados e identificados de forma pacífica para todos). Esta objectividade incomparável encontra-se também na geometria e nos outros ramos da matemática, que desde a antiguidade tem sido o próprio modelo do conhecimento positivo, em oposição ao mundo do fluxo e da controvérsia. No diálogo *Ménon*, de Platão, Sócrates e o escravo descobrem em conjunto um caso especial do teorema de Pitágoras. O exemplo de Platão exprime o reconhecimento claro de um cânone de verdade ao qual todos os que procuram a verdade devem aspirar, um cânone que não só nunca foi seriamente desafiado, mas que foi tacitamente aceite — e no qual, na verdade, se confia fortemente, mesmo em casos de vida ou de morte — pelos mais vigorosos oponentes da ciência. (Ou conhece o leitor alguma igreja que controle o seu rebanho, e os seus donativos, sem o benefício da aritmética?)

Sim, mas a ciência quase nunca parece assim tão incontroversa, tão consolidada, como a aritmética. Na verdade, as facções científicas rivais envolvem-se muitas vezes em batalhas de «evangelização» tão ferozes quanto as que encontramos na política, ou até mesmo nos conflitos religiosos. A exaltação com que alguns defensores da ortodoxia científica defendem muitas vezes as suas doutrinas contra os heréticos não tem, provavelmente, paralelo noutras áreas do combate retórico entre os seres humanos. Esta competição pela popularidade — e, claro, pelos financiamentos — são concebidas para captar a atenção e, se forem bem executadas, conseguem-no. O efeito secundário disto é desviar a atenção do imenso pano de fundo incontestado de qualquer ciência para a guerra travada nas suas orlas — e é esse imenso pano de fundo que dá às suas orlas tanta força. O que é assumido por todos, nestas acaloradas desavenças, é uma colecção enciclopédica e organizada de factos científicos banais, com os quais todos concordam.³

Robert Proctor chama acertadamente a nossa atenção para uma distinção entre a neutralidade e a objectividade. Os geólogos sabem muito mais sobre xistos petrolíferos do que acerca de outras rochas — por razões económicas e políticas óbvias — mas o que eles *sabem* sobre os xistos petrolíferos é objectivo. E muito do que eles aprendem sobre os xistos petrolíferos pode ser generalizado a outras rochas menos favorecidas. Queremos que a ciência seja objectiva; mas não devemos desejar que a ciência seja neutra. Os biólogos sabem muito mais sobre a mosca da fruta, *Drosophila*, do que sabem acerca de outros insectos — não porque se possa enriquecer à custa

³ Mesmo os observadores supostamente treinados — tais como os que se dedicam aos novos campos das *science studies*, ou sociologia da ciência — não reparam muitas vezes nesta montanha de resultados tranquilos, concentrando a sua atenção nos momentos excitantes e ruidosos. Na antropologia em geral, este é o conhecido problema do preconceito do observador. Considere a seguinte situação: o leitor obteve uma bolsa para estudar um grupo humano relativamente exótico, passando por isso vários anos longe de casa, suportando privações, tédio e isolamento. A perspectiva de regressar com a descoberta de que essas pessoas são muito parecidas connosco será encarada por si com muita dificuldade. Ou pior ainda: essas pessoas fazem exactamente o que dizem que fazem. Por que razão é isto pior? Porque se você, o antropólogo, não conseguir oferecer uma explicação que contrarie ou que seja melhor do que a explicação que eles próprios oferecem, parece que esteve a perder o seu tempo — e o dinheiro da bolsa. Existem, por isso, preconceitos humanos naturais, e até razoáveis, a favor de concentrar a atenção no extraordinário, com a esperança de encontrar algo empolgante, algo novo e surpreendente que compense o esforço da investigação.

das moscas da fruta, mas porque é mais fácil saber coisas acerca das moscas da fruta do que acerca da maioria das outras espécies. Os biólogos sabem também muito mais sobre mosquitos do que sobre outros insectos — neste caso porque os mosquitos são mais prejudiciais para as pessoas do que outras espécies que seriam muito mais fáceis de estudar. As razões para concentrar a atenção na ciência são variadas, e todas elas concorrem para fazer com que os rumos da investigação estejam longe de ser neutras; mas essas razões não fazem, geralmente, com que a ciência seja menos objectiva. Às vezes, é verdade, um ou outro preconceito conduz à violação dos cânones do método científico. Estudar o padrão de certa doença nos homens, por exemplo, ao mesmo tempo que se negligencia a recolha de dados sobre a mesma doença nas mulheres, não é algo que se limita a não ser neutra; é má ciência, tão indefensável em termos científicos como em termos políticos.

Os métodos da ciência não são completamente seguros, mas podem ser constantemente aperfeiçoados. E o que é igualmente importante: existe uma tradição de crítica que obriga ao aperfeiçoamento sempre que se descobrem defeitos, e seja onde for que se descubram defeitos. Os próprios métodos da ciência, tal como tudo o que existe, são objecto do escrutínio científico, transformando-se os *métodos* em *metodologia*, a análise dos métodos. A metodologia, por seu turno, fica debaixo do olhar da *epistemologia*, a investigação da própria investigação — não há nada que escape ao questionamento científico. A ironia é que estes frutos da reflexão científica, que nos mostram as manchas indeléveis da imperfeição, são por vezes usadas por quem desconfia da ciência como pontos de partida para negarem a esta um estatuto privilegiado na área da procura da verdade — como se as instituições e práticas que eles tomam como concorrentes da ciência não estivessem ainda em pior posição no que respeita a estas matérias. Mas onde estão os exemplos do abandono da ortodoxia religiosa face a provas irresistíveis? Na ciência, as heresias de ontem tornaram-se vezes e vezes sem conta as novas ortodoxias de hoje. Nenhuma religião exhibe este padrão evolutivo ao longo da sua história.

Que diferença existente nestas instituições pode explicar este facto? Trata-se, claramente, do impulso fornecido pela fé que os cientistas depositam na verdade. Considerem-se os diagramas de Richard Feynman da elec-

trodinâmica quântica, por exemplo.⁴ Quando os vi pela primeira vez, pareceram-me uma espécie de numerologia, uns guias da verdade grotescamente improváveis, mais parecidos com deitar cartas de *tarot* ou deitar sortes do que com ciência. Parecia estranho que um processo tão bizarro pudesse gerar a verdade; mas, na realidade, funciona: e pode compreender-se por que motivo funciona (com esforço!). E porque funciona, e porque pode demonstrar-se que funciona, gerando resultados de uma precisão e constância espantosas, foi aceite como parte do método científico ortodoxo. E se se conseguisse provar que deitar sortes, ou a astrologia, geram resultados de uma precisão análoga, também estas práticas poderiam ser acomodadas na ciência ortodoxa, juntamente com uma teoria que explicasse por que razão funcionam. Mas é claro que esses métodos nunca foram legitimados. Os cientistas têm fé na verdade, mas não uma fé cega. Não é como a fé que os pais têm na honestidade dos seus filhos, ou a fé que os adeptos desportivos têm na capacidade dos seus heróis para ganhar. É antes como a fé que qualquer pessoa pode ter num resultado a que várias grupos de pessoas chegaram de forma independente.

4. Epistemologia: tentar dizer a verdade acerca da verdade

A investigação reflexiva última acerca da investigação ocorre no ramo da filosofia conhecido como *epistemologia*, a teoria do conhecimento. Também aqui as controvérsias existentes nas margens criaram um efeito nocivo, uma distorção que muitas vezes conduziu a interpretações erradas. Ao concordar que a verdade é um conceito muito importante, os epistemólogos tentaram dizer exactamente *o que é a verdade* — sem se despistarem. Perceber o que é verdade acerca da verdade, contudo, acabou por se revelar uma tarefa difícil, *tecnicamente* difícil, uma tarefa na qual as definições e as teorias que parecem à primeira vista inocentes conduzem a complicações que rapidamente fazem o teórico enredar-se em doutrinas duvidosas. A nossa estimada e conhecida amiga, a verdade, tende a transformar-se na Verdade — com *V* maiúsculo —, um conceito inflacionado de verdade que de facto não pode ser defendido.

⁴ A explicação clássica está no *QED: A Estranha Teoria da Luz e da Matéria*, Grady, 1988.

Eis um dos caminhos que conduzem à dificuldade: suponhamos que o conhecimento não é nada senão acreditar justificadamente em proposições verdadeiras. Suponhamos, além disso, que as proposições verdadeiras, ao contrário das falsas, exprimem factos. O que são os factos? Quantos factos existem? (Tom, Dick e Harry estão sentados numa sala. Eis um facto. Mas para além de Tom, Dick e Harry, da sala onde estão sentados e do que lhes serve de assento, parece que temos um sem-fim de outros factos: Dick não está de pé, não existe qualquer cavalo que esteja a ser montado por Tom, e assim por diante, *ad infinitum*. Precisaremos realmente de admitir uma infinidade de outros factos juntamente com o pouquíssimo equipamento deste pequeno mundo?) Já existiam factos antes de existirem aqueles que os procuram, ou são antes os factos como as frases verdadeiras (inglesas, francesas, latinas, etc.), cuja existência teve de aguardar que se criassem as línguas humanas? São os factos independentes das mentes daqueles que acreditam nas proposições que os exprimem? *Correspondem* as verdades aos factos? A que correspondem então as verdades da matemática, se é que correspondem a algo? As categorias começam a multiplicar-se, não emergindo nenhuma teoria unificada, óbvia e consensual sobre a verdade.⁵ Os cépticos, vendo as armadilhas que parecem rodear qualquer versão da verdade, absoluta ou transcendental, argumentam a favor de versões mais moderadas, mas os seus adversários contra-argumentam, mostrando as imperfeições das tentativas rivais de chegar a uma teoria aceitável. Reina a controvérsia sem fim.

Esta investigação modesta, mas por vezes brilhante, do próprio significado da palavra «verdade» tem tido algumas consequências perniciosas. Algumas pessoas pensaram que os argumentos filosóficos que mostram a situação desesperada das doutrinas inflacionadas da verdade mostraram que, na realidade, a própria verdade não era algo digno de apreço ou sequer passível de ser alcançado. «Desistam!», parecem essas pessoas dizer. A verdade é um ideal inalcançável e insensato. Aqueles que buscam uma doutrina da verdade aceitável e defensável parecem estar a agarrar-se a um credo ultrapassado, dando crédito a uma religião que não conseguem fun-

⁵ Se o leitor está a pensar, com impaciência, que existe uma forma óbvia de desfazer este nó górdio, ótimo. Escreva a sua solução e submeta-a a uma revista de filosofia. Se tiver razão, ficará famoso por ter resolvido problemas que embaraçam há anos, senão mesmo séculos, os epistemólogos mais inteligentes. Mas fique desde já avisado: foram precisamente este tipo de convicções que levaram a maior parte de nós a enveredar por esta disciplina.

damentar pelos métodos da própria ciência. A epistemologia começa a parecer-se com um jogo de idiotas — mas apenas porque os seus observadores esquecem tudo aquilo que ambos os lados aceitam acerca da verdade. Os efeitos desta visão distorcida podem ser perturbadores.

Quando era um jovem assistente de filosofia, recebi uma vez uma visita de um colega do Departamento de Literatura Comparada, um elegante e eminente teórico literário que precisava de ajuda. Senti-me lisonjeado por ele me ter procurado e fiz o melhor que pude para corresponder ao pedido, mas fiquei, estranhamente, perplexo com o sentido geral das suas perguntas acerca de vários tópicos filosóficos. Durante muito tempo não chegámos a lado nenhum, até que ele conseguiu tornar claro o que desejava. Ele queria «uma epistemologia», afirmou. *Uma* epistemologia. Todos os teóricos literários dignos desse nome tinham, ao que parece, de exhibir uma epistemologia naquela temporada, sem a qual ele se sentia nu, de maneira que tinha vindo ter comigo em busca de uma epistemologia que pudesse usar — ele tinha a certeza que isso estava na moda e queria por isso o *dernier cri* em epistemologia. Não lhe interessava que fosse sólida, defensável, nem (como se poderia muito bem dizer) *verdadeira*; só tinha de ser nova e diferente e com estilo. Usa os acessórios certos, meu caro amigo, senão ninguém vai reparar em ti na festa.

Nesse momento percebi que existia entre nós um abismo que até àquele momento não tinha claramente compreendido. Primeiro pensei tratar-se unicamente do abismo entre a seriedade e a frivolidade. Mas a minha vaga inicial de orgulho na minha própria integridade era, de facto, uma reacção ingénua. O meu sentimento de ultraje, o meu sentimento de que tinha desperdiçado o meu tempo com o bizarro projecto deste homem, era, à sua própria maneira, tão pouco sofisticado como a reacção de alguém que, ao assistir pela primeira vez a uma peça de teatro, irrompe pelo palco para proteger a heroína do vilão. «Não estás a ver?», perguntamos, incrédulos. «É um *faz-de-conta*. É *arte*. Não é *suposto* ser tomado literalmente!» Neste contexto, a demanda deste homem não era afinal tão vergonhosa quanto isso. Eu não teria ficado ofendido se um colega do Departamento de Teatro me tivesse pedido alguns metros de livros para colocar nas prateleiras do cenário para a sua produção da peça *Jumpers*, de Tom Stoppard, pois não? Que mal haveria em abastecer este amigo com uma série de vistosas doutrinas epistemológicas escandalosas, com as quais ele poderia excitar ou confundir os seus colegas?

O que seria errado, uma vez que ele não se dava conta do abismo, não reconhecendo sequer a sua existência, seria o facto de a minha concordância com a sua pândega consumista contribuir para o aviltamento de um bem precioso e para a erosão de uma distinção valiosa. Muitas pessoas, incluindo quer os espectadores quer os participantes, não se dão conta deste abismo, ou negam activamente a sua existência; e é aí que está o problema. O que é triste nisto tudo é que em alguns círculos intelectuais, habitados por alguns dos nossos pensadores mais avançados nas artes e nas humanidades, esta atitude passa por ser uma sofisticada apreciação da futilidade da demonstração e da relatividade de todas as afirmações de conhecimento. Na verdade, esta opinião, longe de ser sofisticada, é o cúmulo da ingenuidade inconsciente, só possível graças à ignorância grosseira dos métodos já demonstrados de procura científica da verdade, assim como do seu poder. Como muitos outros ingénuos, estes pensadores, ao refletirem na manifesta insuficiência dos *seus* métodos de procura da verdade para atingir resultados estáveis e valiosos, generalizam inocentemente a partir dos seus próprios casos, concluindo que *mais* ninguém sabe como descobrir a verdade.

Entre os que contribuem para este problema está, lamento dizê-lo, um anterior orador nas Conferências da Amnistia de Oxford, o meu bom amigo Dick Rorty. Rorty e eu temos vindo a discordar construtivamente desde há mais de um quarto de século. Penso que cada um de nós ensinou muito ao outro, através do processo recíproco de polir as nossas discordâncias mútuas. Não há outro filósofo contemporâneo com quem tenha aprendido mais. Rorty abriu os horizontes da filosofia contemporânea, mostrando de forma perspicaz a nós, filósofos, muito acerca do modo como os nossos próprios projectos têm resultado dos projectos filosóficos do passado distante e recente, ao mesmo tempo que corajosamente descreve e prescreve rumos futuros. Mas não concordamos de maneira nenhuma — por enquanto — no que respeita à sua tentativa, ao longo dos anos, de mostrar que os debates dos filósofos acerca da Verdade e da Realidade eliminam de facto o abismo, permitem de facto a derrapagem para uma forma de relativismo. No fim de contas, diz-nos Rorty, tudo são apenas «conversas», restando apenas bases políticas ou históricas ou estéticas para assumir um ou outro papel numa conversa que continua.

Rorty tem tentado muitas vezes fazer-me alinhar na sua campanha, declarando poder encontrar na minha própria obra um ou outro *insight* explosivo que o ajudaria no seu projecto de destruir o ilusório edifício da objec-

tividade. A passagem com que termino o meu livro *Consciousness Explained* (1991) é uma das suas favoritas:

Trata-se apenas de uma guerra de metáforas, poderá dizer-se — mas as metáforas não são «apenas» metáforas; as metáforas são instrumentos do pensamento. Ninguém pode pensar acerca da consciência sem instrumentos, por isso é importante equiparmo-nos com os melhores instrumentos possíveis. Repare-se no que construímos com os nossos instrumentos. Poderíamos nós imaginar tudo isto sem eles? [p. 455]

«Gostaria», afirma Rorty, «que ele tivesse dado mais um passo e que tivesse acrescentado que esses instrumentos são tudo o que a investigação pode alguma vez fornecer, porque a investigação nunca é “pura” no sentido do “projecto de investigação pura” de [Bernard] Williams. A investigação é sempre uma questão de alcançar algo que queremos.» («Holism, Intrinsicity, Transcendence», in Dahlbom, org., *Dennett and his Critics*. 1993) Mas eu nunca daria tal passo, pois apesar de as metáforas serem de facto instrumentos de pensamento insubstituíveis, não são os únicos instrumentos insubstituíveis. Os microscópios e a matemática e os *scanners* de IMR (imagem por ressonância magnética) são alguns dos outros. Sim, toda a investigação é uma questão de alcançar o que queremos: a verdade acerca de algo que nos interessa, se as coisas forem como devem ser.

Quando os filósofos discutem acerca da verdade estão a discutir acerca de como não inflacionar a verdade acerca da verdade, transformando-a na Verdade acerca da Verdade — uma doutrina absolutista que faça exigências indefensáveis aos nossos sistemas conceptuais. A este respeito, a discussão é análoga aos debates sobre a realidade do tempo, por exemplo, ou sobre a realidade do passado. Existem investigações filosóficas sofisticadas e meritórias sobre a questão de saber se, se formos precisos, o passado será real. As opiniões dividem-se, mas estará enganado quem pensar que se rejeitam afirmações como as seguintes:

A vida surgiu neste planeta há mais de três mil milhões de anos.

O Holocausto aconteceu durante a Segunda Guerra Mundial.

Jack Ruby disparou a matar sobre Lee Harvey Oswald às 11:21 da manhã, hora de Dallas, no dia 24 de Novembro de 1963.

Estas são verdades sobre acontecimentos que ocorreram de facto. As suas negações são falsidades. Nenhum filósofo em seu perfeito juízo alguma vez pensou o contrário, apesar de no calor da batalha terem por vezes afirmado coisas que poderiam interpretar-se dessa maneira.

Richard Rorty merece os muitos leitores seduzidos que tem nas artes e humanidades, assim como nas ciências sociais «humanísticas», mas quando os seus leitores o interpretam entusiasticamente como alguém que encoraja o cepticismo pós-modernista acerca da verdade, estão a precipitar-se por caminhos que ele próprio se absteve de tomar. Quando o pressionam sobre estes tópicos, ele concede a existência de um conceito útil de verdade que sobrevive a todas as corrosivas objecções filosóficas. Rorty reconhece que este prestável e modesto conceito de verdade tem os seus usos: quando queremos comparar, em termos de precisão, dois mapas da província, por exemplo, ou quando se trata de saber se o réu cometeu ou não o crime de que é acusado.

Assim, até mesmo Richard Rorty reconhece o hiato, e a importância do hiato, entre a realidade e a aparência, entre os exercícios dramáticos que podem entreter-nos sem pretenderem dizer a verdade, e aqueles que procuram, e muitas vezes conseguem, a verdade. Rorty chama a isto uma concepção «vegetariana» da verdade. Muito bem, sejamos então todos vegetarianos acerca da verdade. Em qualquer caso, os cientistas nunca quiseram ser uns carnívoros radicais.

5. A verdade pode magoar

Toda a gente deseja a verdade. Quando o leitor se interroga sobre se o seu vizinho o enganou, ou se há peixes nesta área do lago, ou para que lado deve caminhar para chegar a casa, está interessado na verdade. Mas então, se a verdade é tão maravilhosa, por que motivo existe tanto antagonismo em relação à ciência? Toda a gente aprecia a verdade; mas nem toda a gente aprecia os instrumentos científicos de procura da verdade.

Ao que parece, algumas pessoas prefeririam outros métodos mais tradicionais de alcançar a verdade: a astrologia, a adivinhação, os profetas e gurus e xamãs, o transe e a consulta de vários textos sagrados. Nestes casos, o veredicto da ciência é tão familiar que quase nem preciso repeti-lo: enquanto diversões ou exercícios de elasticidade mental, todas estas actividades têm os seus méritos, mas, enquanto métodos para procurar a verdade, nenhum

deles pode competir com a ciência — um facto em geral reconhecido tacitamente pelos que defendem a sua prática alternativa favorita através do que afirmam ser a base *científica* (que outra coisa havia de ser?) dos seus poderes. Nunca encontramos um crente na comunicação com o além a procurar o apoio de uma associação de astrólogos ou de um Colégio dos Cardiais; pelo contrário: exibem-se avidamente todos os farrapos de possíveis indícios estatísticos e qualquer físico ou matemático extraviado que possa oferecer um testemunho favorável.

Mas então por que motivo há tanto pavor, se mesmo os que procuram passar palavra acerca de alternativas apelam regularmente para a ciência? A resposta é amplamente conhecida: a verdade pode magoar. Sem dúvida que pode. Isto não é uma ilusão, mas é por vezes negado ou ignorado por cientistas e outras pessoas que fingem acreditar que a *verdade acima de tudo* é o bem supremo. Posso facilmente descrever circunstâncias nas quais eu próprio mentiria ou omitiria a verdade para evitar o sofrimento humano. A uma senhora idosa, no fim dos seus dias, nada resta senão as histórias dos feitos heróicos do seu filho — vai o leitor dizer-lhe a verdade quando o seu filho for preso, condenado por um crime terrível e humilhado? Não será para ela melhor deixar este mundo em ignorante serenidade? Claro que é, afirmo eu. Mas note-se que mesmo aqui temos de compreender estes casos como excepções à regra. Não poderíamos oferecer a esta mulher o conforto das nossas mentiras se mentir fosse a regra geral; ela tem de acreditar em nós quando falamos com ela.

É um facto que as pessoas não querem muitas vezes saber a verdade. E é um facto mais inquietante que as pessoas não queiram muitas vezes que os *outros* saibam a verdade. Mas, tentar transformar estes factos de forma a que apoiem a ideia estúpida de que a própria fé na verdade é uma atitude humana relativa a certas culturas, situada ou em qualquer caso opcional, é confundir tudo. O pai do acusado que ouve em tribunal os testemunhos contra o seu filho, a mulher que se pergunta se o marido a anda a enganar — eles podem muito bem não querer saber a verdade, e podem ter razão em não querer saber a verdade, mas o facto é que acreditam na verdade; isso é claro. Eles sabem que a verdade está aí, para ser evitada ou abraçada, e sabem que a verdade é importante. É *por isso* que eles podem muito bem não querer saber a verdade. Porque a verdade pode magoar. Podem conseguir enganar-se a si mesmos, pensando que a atitude que têm nestas ocasiões perante a verdade reflecte um defeito da própria verdade, assim como da própria pro-

cura e descoberta da verdade — mas se isto acontecer é puro auto-engano. O máximo a que podem aspirar agarrar-se é à ideia de que podem existir boas razões, as melhores razões — no tribunal da verdade, note-se — para, por vezes, suprimir ou ignorar a verdade.

Não devíamos, então, considerar a possibilidade de suprimir, em grande escala, a verdade, protegendo assim dos seus efeitos corrosivos vários grupos em situação de risco? Pense no que acontece inevitavelmente quando a nossa cultura científica, e a sua tecnologia, é apresentada a populações que têm até agora sido poupadas às suas inovações. Que efeitos terão os telemóveis e a MTV e o armamento de alta tecnologia (e a medicina de alta tecnologia para combater os efeitos do armamento de alta tecnologia) nos povos subdesenvolvidos do Terceiro Mundo? Sem dúvida, muitos efeitos destrutivos e penosos. Mas não temos de olhar para os artifícios electrónicos para ver o mal que pode ser cometido. Tijs Goldschmidt, no seu fascinante livro, *Darwin's Dreampond* (1996), conta-nos os efeitos devastadores de introduzir a perca do Nilo no Lago Vitória (Uganda): a espantosa espécie de peixes ciclóstomos quase se extinguiu em apenas alguns anos, uma perda catastrófica... isto é, para os biólogos, mas não necessariamente para as pessoas que viviam nas suas margens e que podem agora completar as suas dietas de subsistência com uma nova e abundante pesca. Goldschmidt também descreve, todavia, um efeito cultural análogo: a extinção dos tradicionais cestos *sukuma*.

Estes cestos à prova de água eram tecidos pelas mulheres e usados nas festas religiosas como vasilhas para consumir vastas quantidades de *pombe*, uma cerveja de milho [...] Os cestos eram entretecidos, em padrões geométricos de significado simbólico, com folhas de erva tingidas com manganês. Nem sempre era possível descobrir o significado dos padrões porque a introdução do *mazabethi* — os pratos de alumínio, cujo nome deriva da rainha Isabel, introduzidos em grande escala durante o domínio britânico — foi o fim da cultura *masonzo*. Falei com uma mulher idosa de uma pequena aldeia que, ao fim de mais de 30 anos, estava ainda revoltada com os *mazabethi* [...] «*Sisi wanawake*, nós, as mulheres, costumávamos tecer cestos, sentadas em grupo, ao mesmo tempo que falávamos umas com as outras. Não vejo nada de mal nisso. Cada mulher dava o seu melhor para tentar fazer o cesto mais bonito que fosse possível. Os *mazabethi* acabaram com tudo isso.» [p. 39]

Acho que ainda mais triste é o efeito da introdução de machados de aço junto dos índios panare da Venezuela.

Dantes, quando se usavam os machados de pedra, juntavam-se vários indivíduos, trabalhando em conjunto para cortar árvores para fazer um jardim. Contudo, com a introdução do machado de aço, um só homem pode fazer um jardim sem qualquer ajuda [...] A colaboração já não é obrigatória *nem é particularmente frequente*. [Sublinhado meu] (Katharine Milton, «Civilization and Its Discontents», *Natural History*, Março, 1992, pp. 37-42)

Estas pessoas perderam a sua «estrutura de interdependência cooperativa» tradicional, perdendo também grande parte do conhecimento, acumulado ao longo dos séculos, da fauna e da flora do seu próprio mundo. Muitas vezes as suas línguas extinguem-se numa ou duas gerações. Estas são sem dúvida grandes perdas. Mas que políticas devemos adoptar em relação a eles?

Em primeiro lugar, não devemos esquecer o óbvio: quando os povos de culturas tradicionais contactam com a cultura ocidental adoptam entusiasticamente quase todas as novas práticas, os novos instrumentos, os novos costumes. Porquê? Porque sabem o que sempre desejaram, valorizaram e ambicionaram, e sentem que essas novidades são melhores meios para os seus próprios fins do que os seus velhos costumes. Os machados de aço substituem os de pedra, os motores fora de borda substituem as velas, a medicina moderna substitui os curandeiros, os radiotransistores e os telemóveis são avidamente desejados. Estas pessoas não são afinal melhores do que nós a prever os efeitos a longo prazo das suas escolhas, mas, com base na informação de que dispõem, as suas escolhas são racionais.

É sem dúvida verdade que por vezes a «publicidade» espalhafatosa, astuciosamente dirigida às suas noções insulares do que a vida tem para nos oferecer, tira partido da sua inocência. Mas repare-se que esta táctica deploável não é domínio exclusivo dos que os exploram. Aqueles que os querem proteger da tecnologia moderna estão aparentemente preparados para morder a língua e mentir-lhes descaradamente: «Escondam as vossas maravilhas de alta tecnologia! Se lhes derem alguma coisa, impinjam-lhes pérolas de fantasia coloridas ou quaisquer outros nada que eles possam rapidamente incorporar na sua cultura tradicional.»

É assim que se tratam membros adultos da nossa própria espécie? Não temos *todos* nós, entre outros direitos humanos, o direito de saber a verdade? É escandalosamente paternalista dizer que devemos isolar estas pessoas dos frutos da civilização. Serão eles como elefantes, para serem postos numa reserva? Acho que devemos tratá-los como tratamos os nossos próprios

cidadãos: oferecemos-lhes todos os instrumentos de procura da verdade que temos, de maneira a que possam escolher com base numa opinião informada — se assim o escolherem. É claro que esta política é uma estrada de sentido único. Depois de os termos informado já violámos a sua pristina pureza. Não é possível voltar atrás.

Não é possível ter as duas coisas. Se se trata de humanos adultos, então têm o direito de saber, não têm? Está o leitor realmente disposto a tomar medidas no sentido de lhes impedir o acesso à educação? Mas a educação irá transformá-los completamente. Perderão muitos dos seus velhos costumes. Em alguns casos será um alívio, noutros será, sem dúvida, trágico. Mas que cânone usaria o leitor para definir o que devem e o que não devem perder? Devem preservar os costumes dos últimos 100 anos? Ou dos últimos 10 anos? Ou dos últimos 10 milénios? E, o mais importante de tudo, o que nos daria afinal o direito de os discriminar em relação aos nossos próprios cidadãos?

E já agora, estas restrições auto-impostas são exigidas por quem? Quem é que implora que fechemos as nossas bocas «imperialistas» e que guardemos as chamadas verdades científicas para nós próprios? Não é, em geral, o povo, mas antes os seus autoproclamados líderes espirituais. São eles, e não o seu rebanho, que exigem que o seu rebanho seja protegido das influências corrosivas e irreversíveis da nossa cultura científica da verdade. As pessoas que trabalham nos *cultural studies* e outras que agitam a bandeira do multiculturalismo deviam deter-se cuidadosamente sobre a seguinte sugestão: a sua política bem intencionada de tolerância das políticas tradicionais que recusam o livre acesso aos instrumentos científicos de procura da verdade é muitas vezes uma política ao serviço dos tiranos — e parece-me que são mais as vezes em que isto é assim do que aquelas em que não o é.

Na nossa cultura, o conceito de consentimento informado é uma das pedras-de-toque da liberdade. Mas o próprio conceito de informar as pessoas para que possam consentir ou não é encarada, noutras culturas, com hostilidade. Na verdade, penso que os líderes políticos terão cada vez mais dificuldades em manter os seus povos num estado de falta de informação. Tudo o que precisamos fazer é continuar a passar a palavra claramente e sempre com o cuidado escrupuloso de dizer a verdade. De facto, não há nada de novo nesta sugestão. Algumas instituições, como a BBC Internacional, têm vindo a fazer precisamente isto, com enorme sucesso, desde há décadas. E ano após ano, a elite de todas as nações do mundo envia os seus filhos para

as nossas universidades para aí receberem a sua formação. Eles sabem, talvez melhor do que nós próprios pensamos, que a ciência e a tecnologia da procura da verdade constitui o nosso mais valioso bem de exportação.

(Tradução de Desidério Murcho)

Daniel C. Dennett
Dept of Philosophy
Tufts University, USA
ddennett@diamond.tufts.edu

Referências

- Akins, K. A. 1989 *Narcissism and Mental Representation: An Essay on Intentionality and Naturalism*, Dissertação de Doutoramento, Dept. of Philosophy, University of Michigan, Ann Arbor
- Dennett, Daniel C. 1991 *Consciousness Explained*. Nova Iorque e Boston: Little, Brown; Londres: Allen Lane
- Feynman, Richard 1985 *QED: A Estranha Teoria da Luz e da Matéria*. Trad. 1988, Lisboa: Gradiva
- Goldschmidt, Tijs 1996 *Darwin's Dreampond*. Cambridge, MA: MIT Press
- Hauser, Marc 1996 *The Evolution of Communication*. Cambridge, MA: MIT Press
- Krebs, John R., e Dawkins, Richard 1978 «Animal Signals: Information or Manipulation» in J. R. Krebs e N. B. Davies, orgs., *Behavioural Ecology: An Evolutionary Approach*, Oxford: Blackwell Scientific Publications, pp. 282-309
- Milton, Katherine 1992 «Civilization and Its Discontents» *Natural History*, Março, 1992, pp. 37-42
- Rorty, Richard 1993 «Holism, Intrinsicity, Transcendence» in Bo Dahlbom, org., *Dennett and his Critics*. Oxford: Blackwell